

Crianças “desvalidas” e o dever de trabalhar: ensino profissional e assistência à infância pobre no século XIX em Fortaleza (CE)

Los niños desfavorecidos y el deber de trabajar: educación vocacional y apoyo a la infancia pobre en el siglo XIX en Fortaleza (CE)

Ana Cristina Pereira Lima*

Resumo: O artigo trata da implantação do ensino profissional para meninos e meninas órfãs e pobres na cidade de Fortaleza (CE) durante a segunda metade do século XIX. Foram analisadas duas instituições de recolhimento infantil voltadas ao trabalho: o Colégio de Educandos Artífices e o Colégio da Imaculada Conceição. Tais instituições foram criadas com o propósito de ordenar e qualificar o trabalho de crianças, estimulado no período e defendido como assistência aos “desvalidos”, além de propagado como prevenção à ociosidade e à criminalidade. Observou-se que o ensino profissional ofertado no século XIX estava ligado aos mecanismos de ajuste das crianças para atender demandas do crescimento econômico e espacial da cidade. Nesse sentido, foram analisadas as formas como as crianças internadas e suas famílias interagiram com as instituições de recolhimento. O estudo tomou como fontes os regulamentos dos colégios, jornais do período e documentos oficiais da província.

Palavras-chave: Ensino profissional. Infância pobre. Trabalho.

Resumen: El artículo trata sobre la implementación de la educación profesional para niños y niñas huérfanos y pobres en la ciudad de Fortaleza (CE) durante la segunda mitad del siglo XIX. Se analizaron dos instituciones de cuidado infantil enfocadas en el trabajo: el Colégio de Educandos Artífices y el Colégio da Imaculada Conceição. Dichas instituciones fueron creadas con el propósito de ordenar y calificar el trabajo de los niños, estimulado en la época y defendido como asistencia a los desfavorecidos y como prevención a la ociosidad y la delincuencia. Se observó que la formación profesional ofrecida en el siglo XIX estuvo vinculada a los mecanismos de ajuste de los niños para atender las

* Doutora em História pela UFC, Professora do IFRN Canguaretama.

demandas del crecimiento económico y espacial de la ciudad. En este sentido, se analizaron las formas en que los niños matriculados y sus familias interactuaban con las instituciones. El estudio tomó como fuentes el reglamento escolar, los periódicos de época y los documentos oficiales de la provincia.

Palabras clave: Educación vocacional. Infancia pobre. Trabajo.

Introdução

Em meados do século XIX, inserido em amplo debate nacional sobre as formas de ordenação do trabalho livre e desestruturação gradual da escravidão, o trabalho infantil ganhou destaque como projeto político de assistência à infância pobre nas variadas províncias brasileiras. Nesse contexto, muitos fatores e atores sociais contribuíram para disseminar discursos e práticas com relação às crianças, inventando formas de definir a infância. Tais definições, perpassadas por questões de classe e propósitos políticos, revelaram contradições sobre o tratamento destinado às crianças pobres e ricas, as maneiras de educá-las e o que esperavam delas no futuro. Ao passo em que essas definições se materializavam nas instituições de ensino, nas formas jurídicas, na medicina e, ainda, no cotidiano familiar, foram também (re)criando comportamentos e sentimentos que inferiam no olhar sobre as crianças, sobre os meios de cuidado, de proteção, de abrigo, sobre seus direitos e obrigações.

Nessa conjuntura, o debate sobre o trabalho infantil estava ligado à construção social da infância pobre, que, por sua vez, emergia de uma série de novas percepções acerca de infância e educação nos oitocentos. As formas de definir as crianças “desvalidas” fizeram parte do processo de formulação cultural e histórica do trabalho infantil. As maneiras pelas quais as crianças pobres foram tratadas ao longo do século XIX evidenciam muitos preconceitos raciais e de classe. Os termos órfãos, bastardos, expostos e ilegítimos eram verdadeiros decretos de exclusão, conforme apontou Leite (2001). Além disso, a designação *menor* – para tratar as crianças infratoras e mendicantes – desqualificava quase todas as crianças pobres. Essa operação política e ideológica de definição das crianças pobres, fazendo notar seu *desvalor* (expressão que, às vezes, assumia o sentido de inutilidade, sem valimento social)

e sua condição de indigência passou a justificar o trabalho infantil, apresentado como profilaxia da criminalidade (SOUZA, 1999).

Simultaneamente, se vinculou na imprensa do período opiniões sobre a importância de formar trabalhadores disciplinados e capazes de contribuir para o engrandecimento social da nação. Uma das maneiras pelas quais tentou-se fabricar o trabalhador ideal, na perspectiva dos grupos hegemônicos afeitos às noções de modernização do Império, foi a implantação de instituições de ensino profissional. O modelo adotado em várias províncias foi a criação de escolas/casas de trabalho, onde crianças pobres receberam instrução primária e formação para um ofício (RIZZINI, 2004). Assim, intentava-se, através do ensino profissional para órfãos e “desvalidos”, uma maior qualificação do trabalho realizado por crianças - difuso e ordinário entre as camadas populares do período –, que foi racionalizado e (re)visitado por agentes políticos, jurídicos, administrativos, religiosos.

Em Fortaleza, desde a década de 1850 até o fim do século XIX, as instituições de ensino profissional, tanto para meninos quanto para meninas, recolheram expressiva quantidade de crianças órfãs e “desvalidas” da capital e do interior. Ainda que por maneiras muito distintas, a assistência à infância condicionou, paulatinamente, a educação profissional destinada às crianças pobres à obrigação – tornada natural e automática – de trabalhar. Aqui serão observadas duas instituições de recolhimento criadas nesse período na capital cearense, o Colégio de Educandos Artífices (1856) e o Colégio da Imaculada Conceição (1866). Com estatutos e contextos de criação específicos, o que aproximava essas instituições de amparo aos órfãos era a premissa do trabalho como correção e/ou combate à mendicância e à vadiagem. Por essa razão, o ensino profissional foi, nas duas instituições, atrelado ao recolhimento das crianças, que passavam a ser tuteladas pelo Estado e pela Igreja.

O recolhimento de crianças – às vezes, a contragosto das famílias – foi, expressivamente, uma ferramenta de “administração da pobreza” no século XIX (LAPA, 2008). O recolhimento era sintomático da vontade de neutralizar os indesejáveis, mas muito maior era a sua mensagem de correção dos pobres. Não cabia ao Estado apenas guardar as crianças, desobstruindo as ruas; desejava-se reconfigurar a infância para que não fosse um “agravo” futuro.

Pretende-se discutir nestas linhas como a oferta de ensino profissional às crianças pobres livres foi apresentada, a despeito das arbitrariedades cometidas no recolhimento, como uma ruptura na história da assistência infantil no Brasil escravocrata. As instituições de recolhimento fundadas em Fortaleza na segunda metade do século XIX promoveram o trabalho sistemático de crianças, inaugurando um outro caráter para o emprego da mão de obra infantil, orientadas pelas mudanças econômicas em curso na tentativa de condicionar as experiências dos trabalhadores livres na cidade. Nem simples abrigo e nem oficina caseira, o recolhimento abriu outro campo de educação/formalização do trabalho infantil.

Crianças pobres e o ensino profissional: quando o direito à educação era um dever de trabalhar

O trabalho de crianças escravas ou livres pobres era bastante difuso no século XIX. Em meados dos oitocentos, sobretudo com a ampliação e maior interferência do Juizado de Órfãos, as crianças pobres passaram a ser tuteladas e os contratos de soldada – aluguel de órfãos que deveriam receber moradia e instrução de um locatário definido pela Justiça – foram estimulados em todas as províncias (AZEVEDO, 1996 e BOTIN, 2007).

Havia maneiras legais de ter acesso à mão de obra infantil com custos muito reduzidos. Em decorrência disso, os contratos de soldada ou o trabalho doméstico – que era o destino de quase todas as crianças pobres do século XIX – se chocavam, em alguns momentos, com as instituições de profissionalização no Ceará. Apesar dos discursos de promoção de novos hábitos nas camadas populares, com notável utilidade ao melhoramento da cidade, o investimento no ensino profissional foi bastante contestado. Em um momento em que o trabalho infantil em todo tipo de atividade era algo extremamente comum, nem todos concordavam com o recolhimento, já que as crianças deveriam estar sempre disponíveis para atender as vontades dos proprietários e comerciantes locais. As instituições de recolhimento, que também cumpriam a função de retirar da rua os “indesejáveis”, se distanciavam dos abrigos ou orfanatos de caridade, especialmente por seu caráter de formação para o trabalho qualificado.

No Colégio de Educandos Artífices, criado na cidade de Fortaleza em 1856, ingressavam crianças entre sete e doze anos de idade. Passavam a morar no edifício antes construído para ser um hospital de internação de coléricos, que tinha instalações precárias e sempre demandava reformas. Os garotos dividiam o tempo entre as aulas de instrução primária – que consistiam em ensino de primeiras letras, aritmética, ciências, música e doutrina católica – e o aprendizado nas oficinas, comandadas por mestres artesãos mal remunerados e, frequentemente, pouco pacientes. Além das obrigações de ensino e trabalho, a rotina dos educandos artífices era marcada por atividades de limpeza e reparo das dependências do Colégio e pelas pausas para prática da música, orações e catequese, ministradas pelos padres que passaram pela direção da instituição. Castigos físicos e a dolorosa palmatória também marcaram o cotidiano dos garotos internados, bem como momentos de desobediência e ações fortuitas de rebeldia.

Financiado pelo Governo Provincial, o Colégio era bastante cobrado para que a produção das oficinas pudesse contribuir com as despesas internas. No início, a ideia era criar oficinas de ferreiro e carpina, cujos trabalhos eram muito demandados para as construções públicas, em especial nas obras de infraestrutura urbana, tanto que o regulamento da instituição assegurava que o educando seria “preferido a qualquer outro indivíduo em iguais circunstâncias para mestre das oficinas do estabelecimento e das obras públicas da província” (art. 60 do Regulamento do Colégio dos Educandos. **Pedro II**, ed. 1640, p 1. Fortaleza, 12 Dez 1856.). Mas o alto custo de montagem dessas oficinas, acabou alterando o projeto de ensino e, nos primeiros anos, foram instaladas as oficinas de alfaiataria e sapataria, nas quais eram fabricados os uniformes do Colégio e o fardamento do Corpo de Polícia, além das botas e cintos. Implantou-se depois, em 1861, a oficina de carpintaria, na qual foram matriculados os educandos mais velhos (com idades entre 14 e 15 anos). Apenas em 1863, instalou-se a oficina de funilaria, que se mostrou pouco produtiva, marcada por acidentes e pouco progresso dos aprendizes. Assim, a estrutura do Colégio não foi adequada ao propósito de ampliar o número de ferreiros, funileiros, carpinteiros a serem empregados nas obras públicas. Isso gerava aberto descontentamento na Assembleia Legislativa para aprovar as verbas anuais do Colégio, momentos em

que vários deputados reclamavam do alto investimento e pouco retorno para província.

Em meados do século XIX, o Colégio de Educandos Artífices era uma das raras oportunidades de educação profissional no Ceará, já que as oficinas caseiras existentes no período – nas quais meninos eram empregados através de contratos de soldada sem fiscalização – ofereciam poucas condições de aprendizado, pois as crianças acabavam virando ajudantes para todo tipo de serviço. Mesmo assim, a instituição teve vida breve. Em 1866, o presidente de província João Souza de Melo Alvim decretou a extinção do Colégio, argumentando que as oficinas não produziam suficientemente e “a mocidade pobre perdia a melhor parte da sua vida n’uma ociosidade assaz cara a província” (MELO E ALVIM, 1867, p. 12). Depois disso, alguns garotos conseguiram emprego em estabelecimentos locais e muitos foram enviados à Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará, instalada em 1865, que se transformou no principal destino dos órfãos “desvalidos” e “delinquentes” durante a segunda metade do século XIX.

Outra importante instituição de recolhimento infantil criada em Fortaleza foi o Colégio da Imaculada Conceição. Aberto em 1866, depois que chegaram da França as Irmãs Vicentinas solicitadas pelo Bispo do Ceará, Dom Luís Antônio dos Santos, o Colégio passou a receber pensionistas e meninas “desvalidas” de toda província. A proposta inicial era atender meninas que ficaram órfãs depois de uma epidemia de *coléra morbus* que afetou o Ceará no ano de 1862. Para tanto, foi criada uma caixa beneficente a fim de recolher doações. A verba foi administrada por curador escolhido pelo presidente da província. Com o dinheiro arrecadado, quase três anos depois, montou-se uma casa para abrigar as primeiras órfãs que chegavam do interior. Logo, as famílias ricas demandaram a “refinada educação vicentina” e a Casa das Órfãs virou o Colégio da Imaculada Conceição, que passou a funcionar, depois de grande reforma, no prédio do extinto Colégio de Educandos Artífices.

Muito se tem discutido sobre a presença das Irmãs de São Vicente de Paula e seus apostolado voltado aos pobres e sobre as implicações da educação confessional no Brasil (LAGE, 2011 e AREND; SILVEIRA, 2018). Em Fortaleza, as vicentinas assumiram importantes espaços de atendimento aos pobres,

estando presentes na Santa Casa de Misericórdia, no Colégio da Imaculada, no Externato São Vicente de Paula e nas inúmeras obras de caridade que coordenaram no século XIX. Nesse sentido, ainda que o atendimento às meninas órfãs recolhidas no Colégio estivesse inserido no trabalho caritativo das Vicentinas, entende-se que o orfanato constituído ali instituiu o ensino profissional para meninas em Fortaleza. Defende-se essa ideia por vários motivos. Primeiro, porque, além das aulas de primeiras letras, francês e catequese, as meninas pobres trabalhavam nas oficinas de bordado, de costura, de arranjos florais, de conserto de sapatos e de empalhar móveis, atendendo encomendas externas. Além de cuidarem das roupas das pensionistas e dos seminaristas, as internas aprendiam sobre modos de servir e etiquetas, treinadas que eram para o serviço doméstico em crescente demanda na cidade. Depois, porque as egressas eram indicadas para trabalhar em “casas de família” e em alguns estabelecimentos como alfaiatarias, hotel e cafés.

O regulamento das órfãs entregues às Irmãs de São Vicente foi redigido por D. Luís, que respondia oficialmente pelas meninas mantidas pela beneficência (subvenção de três contos anuais advindos da Tesouraria da Província). Pelo documento ficava determinado que todo trabalho executado pelas internas pertencia ao colégio, impossibilitando qualquer negociação. Para minar qualquer tipo de autonomia, o regulamento proibia “qualquer órfã ajustar ou individualmente encarregar-se de trabalhos e obras para fora do colégio, devendo tudo ocorrer por conta da diretora” (SOARES, 1990, p. 24). O trabalho dessas garotas era, nesses termos, bem vigiado. Sua produção (enxovais, por exemplo) era sistematizada, fiscalizada e encomenda diretamente com a Irmã Bazet – madre superiora que dirigiu o colégio desde sua fundação até 1882. Não é exagero dizer que as garotas recolhidas trabalhavam em troca de abrigo e alimentação.

Os dois Colégios possibilitam o estudo da institucionalização da infância no século XIX em Fortaleza. Importa enfatizar que esse longo processo, expresso na (re)ordenação do trabalho infantil e na formação profissional de crianças, envolveu muitos agentes diferentes, seja o Estado, a Igreja e as famílias pobres. Com isso, destaca-se que a instalação dessas instituições não pode ser explicada apenas como mecanismo de conter o ócio e assegurar o embelezamento

da cidade, retirando os despossuídos. O número de crianças nas instituições de recolhimento voltadas ao trabalho não aumentou somente por causa do crescimento populacional em decorrência das migrações campo-cidade (um dos impactos das secas), mas esteve intimamente relacionado com o trato político, jurídico e pedagógico da infância pobre, destinada ao trabalho.

Inventando a Educação Profissional nos oitocentos

O trabalho vigiado em oficinas e ateliês impactou a vida de órfãos e crianças pobres livres que experienciaram a rotina das instituições de recolhimento voltadas à educação profissional nos oitocentos. Mas isso não ficou circunscrito à vida pessoal dessas crianças; gerou, por sua vez, uma série de impressões populares que construíram imagens de sofrimento atreladas a essas instituições orfanológicas. Nem todas as crianças foram presas pela polícia ou arrastadas à força para o recolhimento. Entretanto, sendo todas consideradas desvalidas, a razão de seu recolhimento era perpassada pela miséria, pelo lugar marginal que assumiam no crescimento urbano, pela fragilidade de suas famílias e pelo pouco entendimento que podiam ter com o poder público.

Para analisar as relações de forças que estiveram presentes na formação do ensino profissional dirigido à infância pobre em Fortaleza, é oportuno considerar dois problemas: O que, então, caracterizava uma educação profissional para *desvalidos*? Quais sentidos existiam em diferenciar a educação pública geral da educação profissional ofertada pelas instituições de recolhimento?

Era consenso na imprensa que a instrução pública tornaria o país mais preparado para promover e lidar com a “modernidade dos tempos”. Porém, a forma como estava organizada o ensino primário na Província recebia muitas críticas dos intelectuais da época, especialmente porque as aulas aconteciam nas casas dos professores, já que eram poucos os edifícios destinados exclusivamente à educação. Essa limitação, entre outros problemas de ordem física – como a falta de material escolar, por exemplo – era apontada como causa para o baixo índice de letramento dos poucos alunos matriculados no período, visto que os professores acabavam, segundo algumas opiniões publicadas à época,

misturando as tarefas domésticas com as aulas, dando pouca atenção ao adiantamento dos alunos (SILVA, 2012).

Em setembro de 1864, no jornal *O Sol* – publicação semanal sobre política, literatura e variedades – um artigo sobre a importância de rever o regulamento da Instrução Pública no Ceará, denunciava que as alunas das cadeiras de primeiras letras viravam, ordinariamente, “criadinhos das professoras”, tendo que, no horário das aulas, lavar os pratos, tirar água do poço, embalar o filhinho da mestra para que não chorasse durante seu trabalho. Afirmava-se que todas essas tarefas prejudicavam a instrução como um todo e, como apontava o jornal, “esses abusos não desaparecerão enquanto não for decretado que nenhuma professora leccione em sua casa” (*O Sol*, ed. 399, p. 2, 18 set. 1864).

Parágrafos depois, foi citada no mesmo texto a importância do Colégio de Educandos Artífices, que merecia toda a atenção pois ali estavam “os filhos da Província por excelência, os órfãos”. Ficava na argumentação do autor bem nítida a defesa do recolhimento e da finalidade da educação de crianças pobres. O texto não era exatamente sobre as instituições escolares, era sobre os problemas da Instrução Pública, que não dava os resultados esperados. Entretanto, nota-se o lugar da escola como fator importante de fabricação do cidadão ideal. Mas esse lugar precisava ser mais bem demarcado, inclusive espacialmente. A educação defendida era aquela que pudesse romper com certos hábitos considerados pouco produtivos. Era preciso instituir um novo ordenamento do tempo e do espaço que confrontasse padrões corriqueiros de socialização e aprendizado. Conforme sugeriu Thompson (1998), a escolarização da cultura letrada tende a interferir na transmissão da “cultura plebeia”, combatendo práticas e sentidos populares cuja reprodução acontece no âmbito do costume. Historicamente, a educação formal afetou certas tradições populares ao estabelecer outras normas de conduta e imposição de conteúdos. Assim, a educação formal deveria servir, na versão de seus idealizadores, para combater modos costumeiros que, na frugalidade do cotidiano, não estavam submetidos ao comando ideológico dos dominantes. Se a escolarização era vista como modernização, deveria se apartar de concepções e padrões culturais próprios das camadas populares.

A alfabetização de crianças era, nessa perspectiva, o começo indispensável para mudar a cara do país. Nesse processo, o que se evidencia é que a “modernização” nunca foi um fenômeno neutro de mera inovação de costumes e aparatos técnicos. Na verdade, a ideia de modernização foi quase sempre violenta e repleta de expropriação, o que, paradoxalmente, fez da cultura popular um campo de rebeldia, utilizando o costume (ou práticas e sentidos tradicionais, não necessariamente antigos) como argumentação para defender direitos, como demonstrou Thompson (1998).

Fragmentar a transmissão dessas práticas populares difundidas no cotidiano que englobavam desde a limpeza até as concepções de arbítrio e direitos era uma prioridade para modernizar a província. Contudo, as aulas em ambiente privado (a casa da professora sem a vigilância cotidiana do inspetor) não geravam novos hábitos; ficavam, pois, mais próximas da reprodução dos elementos culturais compartilhados pelos alunos no convívio com suas famílias. Por isso, o artigo d’*O Sol* aconselhava que o Governo continuasse investindo no Colégio de Educandos para saírem dali “artistas prestimosos, cidadãos úteis, moralizados e amigos do trabalho” (*O Sol*, ed. 399, p. 3, 18 set. 1864).

O artigo reportado não define, isoladamente, as finalidades da educação destinada aos pobres. Contudo, o conjunto de argumentações ao qual ele pertence, fornece elementos para compor uma análise sobre a institucionalização do ensino profissional no que foi uma política de educação para “desvalidos”. Considera-se que o recolhimento de crianças tinha o propósito de gerir suas vidas e discipliná-las sem maiores intervenções, em especial utilizando a estratégia de separar as crianças do convívio dos pais. Os editores d’*O Sol*, como se viu, corroboravam com essa finalidade do distanciamento. Mas o mesmo artigo aponta para outras questões que entremeiam estas notas sobre a história social do recolhimento:

Os governos imperial e provincial e a legislação em vigor afirmavam que as crianças pobres deveriam trabalhar; este era o seu lugar no mundo. Ensiná-las a trabalhar “corretamente” era o propósito do recolhimento, considerando a lógica do trabalho orientado por princípios da economia de mercado capitalista numa ordem escravocrata. A simples distribuição de crianças pobres através de contratos de soldada – acordos formalizados pelo Juizado de

Órfãos, em que crianças eram enviadas como aprendizes em oficinas e para o serviço doméstico – que tanto agradava as elites e as camadas médias foi cada vez mais apontada como inapropriada para um país que desejava se modernizar, ao menos no discurso dos que tomavam a ideia de progresso como valor a ser perseguido. Isso não quer dizer que a soldada e o poder do Juizado de Órfãos foram contestados (LIMA, 2019). Não houve nenhum esforço efetivo de diminuir o trabalho infantil durante o século XIX. Todavia, as instituições de profissionalização entraram na agenda do progresso por seu caráter técnico de disciplinarização do trabalho, por sua suposta capacidade de converter desvalidos em “amigos do trabalho”.

Para que isso acontecesse, o espaço em que se dariam as ações do recolhimento precisava ser pensado/ordenado/regrado tendo em vista provocar transformações no mundo do trabalho. Para os entusiastas da aclamada modernidade de então, as aulas de instrução pública regular não correspondiam ao trato necessário para mudar o perfil dos ditos desvalidos. Sendo assim, mais do que um objetivo, as instituições de recolhimento deram forma ao ensino profissional. Elas tinham espaço físico definido, hierarquia de comando estabelecida, regimentos próprios e relativa autonomia administrativa. Seriam, com isso, o lugar de confecção de “artistas moralizados”.

Todo esse discurso e as práticas de recolhimento infantil cresceram em campo de notável tensão, especialmente pela ambiguidade que as instituições orfanológicas geravam na população. Ou seja, os trabalhadores tinham apreço pela qualificação do trabalho e pelos ofícios, já que poderiam significar melhoria nas condições de vida e moradia. Entretanto, as crianças contribuía desde muito cedo com o sustento de suas famílias, especialmente em lares chefiados por mulheres solteiras e viúvas, cujos filhos eram legalmente considerados órfãos. Dessa forma, o recolhimento das crianças, sobretudo quando isso acontecia de maneira compulsória, gerava certa aversão nas camadas pobres de Fortaleza. Entre a documentação consultada sobre o Colégio de Educandos Artífices, encontram-se diversos pedidos de liberação das crianças antes do tempo definido para o término do curso. A maioria dessas solicitações foram feitas por mães e avós, que tentavam reaver seus filhos na tentativa de escapar à miséria. Como as

mães não tinham o pátrio poder sobre seus filhos – conforme explicou Papali (2009) –, os pedidos foram frequentemente indeferidos.

Estava claro para os sujeitos coletivos que defendiam o recolhimento que se tratava de um processo de mudança a médio e longo prazo. Assim, não poderiam de imediato convencer a população que o modelo de ensino profissional admitido como certo e progressista traria benefícios ao trabalhador pobre do período porque era, na visão dos poderes públicos, algo a ser demonstrado no futuro. Ou seja, a suposta ignorância da população despossuída – recurso explicativo recorrente nas falas governamentais – não a permitia entender o grande “avanço” que representava para a Nação trabalhadores devidamente preparados para o progresso. Com isso, optou-se por separar as crianças de suas famílias, sem direito a visitas e a férias. Mesmo assim, as instituições de profissionalização que impuseram o recolhimento, não puderam isolar as crianças e nem as tomar integralmente. Houve resistências que impossibilitaram o isolamento completo.

Por outro lado, uma parte das famílias matriculou suas crianças nessas instituições. Os motivos foram os mais variados: fome, medo do trabalho compulsório não remunerado, possibilidade de aliviar o orçamento familiar, o desejo de qualificação profissional, castigo para os filhos rebeldes etc. Com a difusão do recolhimento e do ensino profissional institucionalizado, cresceu também a interação das famílias pobres com estas instituições, entredando a construção de conflitos e espaços de negociação.

A educação profissional e as famílias pobres: resistências e apropriações

A educação profissional no recolhimento, como se pode notar, dialogava com a criação e uso da noção de “desvalido”. Reitera-se que tal caracterização das crianças pobres – especialmente quando o termo “desvalido” foi empregado por magistrados e legisladores como sinônimo de abandono moral – serviu para abrir caminhos ao usufruto da mão de obra infantil nos mais variados campos de trabalho, principalmente no serviço doméstico. Mas como essa representação de “desvalido” foi adaptada pelos pobres? Em outras palavras,

como as políticas assistenciais voltadas aos “desvalidos” se encontraram com as demandas dos trabalhadores?

O que se deseja pontuar neste artigo é que as instituições foram criadas a partir de lógicas excludentes de acesso à educação e profissionalização. Entretanto, se passaram a existir a contragosto de boa parte das famílias pobres (em especial das mães solteiras, amasiadas e viúvas), se, em diversos momentos, ameaçaram a convivência familiar e as estruturas costumeiras de organização/circulação do trabalho infantil não formalizado, se marcaram a vida de várias crianças ao ponto de suas experiências ultrapassarem os limites físicos do recolhimento, essas mesmas instituições entraram (ou foram tomadas) pelas noções de justiça popular nos oitocentos, considerando como elementos de justiça popular a apropriação do aparato oficial quando conveniente à sobrevivência e às dinâmicas de resistência dos oprimidos.

Nesta perspectiva, as maneiras como os trabalhadores interagiram com o recolhimento infantil podem ser descritas como “resistências normais”. Ou seja, não houve momentos declarados de enfrentamento com as forças estatais no sentido de destruir ou impedir diretamente o internamento, mesmo quando as crianças eram capturadas em praça pública como aconteceu na admissão de alguns meninos no Colégio de Artífices. As mães e outros familiares tentaram reaver seus filhos a partir de requerimentos e denúncias que chegavam à imprensa por rumores que circulavam pela cidade. Afora isso, os meninos evadiam. Quanto às meninas pobres educadas pelas Vicentinas em recolhimento mais rigoroso, cujo ingresso foi muito mais marcado pela indignação do que pela força policial, o campo da resistência foi ainda mais velado, mais oculto. As notícias sobre os castigos físicos, trabalhos excessivos e austeridade das Irmãs no trato com as órfãs (muito desigual se comparado às pensionistas), faziam crescer na cidade fofocas e boatos sobre as religiosas, com famas de más e tomadoras de crianças.

Esse conjunto de ações fortuitas, mas não triviais que estiveram presentes na história do recolhimento aparecem aqui a partir dos apontamentos de James Scott (2011) sobre as *resistências normais* diante da *exploração normal*. Scott quis destacar que as estratégias de dominação consolidadas

política e economicamente são percebidas pelos dominados. O uso da nomenclatura “normal” não significa que a opressão se tornou indiscutível ou automática – de forma que ninguém se deu mais ao trabalho de contestar. A opressão é ordinária no sentido de palpável cotidianamente, mas a ausência de rebeliões ou revoltas populares não é indicativo de assimilação, indiferença ou desconhecimento diante da exploração vivida. As resistências normais são insubordinações diárias, atos massivos e não coordenados de confrontação indireta com o poder que evidenciam formas de pensar dos oprimidos, seus valores e expectativas. É sob essa argumentação que se considera a participação das famílias pobres na feitura do recolhimento. Por isso, escolheu-se, nesta abordagem, o caminho oposto à ideia de *isolamento*.

Entende-se que apesar do campo normativo construído e imposto às crianças no internamento ter gerado uma série de impactos em suas formas de agir e pensar, os sujeitos infantis recolhidos não foram despersonalizados e destituídos de suas demais experiências fora das instituições, ainda que tenham permanecido dentro delas. Ou melhor, o *dentro* institucional foi permeado de sujeitos externos, de embates próprios do mundo do trabalho e de valores beligerantes com as noções de utilidade do trabalhador. Também não se pode crer que houve isolamento efetivo, nem mesmo fisicamente. As crianças recolhidas também viam a cidade – e sobre ela construía suas próprias representações, ainda que pouco acessíveis. Os garotos iam ao mar para tomar banho, as meninas do Imaculada Conceição lavavam roupa nos riachos, os educandos buscavam lenha, as órfãs participavam dos festejos religiosos, os pequenos artífices se apresentavam na banda de música.

Era muito difícil ter um ofício definido ou um emprego formal em Fortaleza durante esse período. A maioria dos meninos que não estava no serviço doméstico nem na condição de jornaleiro (quem trabalhava por jornada, sem ofício definido) trabalhava como caixeiro nos mais variados estabelecimentos existentes na cidade (lojas, armazéns, cafés, casas de secos e molhados, bodegas etc.). Isso porque, antes da década de 1880, as fábricas eram poucas. Em termos de manufaturas, o que predominavam eram as oficinas com diminuto número de empregados. Conforme demonstrou Margarida Andrade (2012), ao longo do século XIX, o crescimento dos postos de trabalho (livre e escravo) na capital

cearense esteve muito mais associado à implantação de estabelecimentos comerciais – incluindo as firmas de importação/exportação – do que ao setor industrial. Cruzando dados dos almanaques de Fortaleza, Junta Comercial e Arrolamento da população, Andrade concluiu que os principais investimentos e negócios na capital “caracterizavam-se pela predominância de pequenos estabelecimentos com baixo nível de mecanização, misturados com as residências” (ANADRADE, 2012, p.115). Utilizando tabelas para sistematizar as informações recolhidas, ela verificou que em 1870 existiam em Fortaleza 39 pequenas fábricas (de chapéus, curtume, bebidas, fogos de artifício, meias, sabão, redes, tijolos etc.) No mesmo ano, havia 42 oficinas, entre as quais se destacavam 7 ourivesarias, 7 tipografias e 5 tornearias e 289 estabelecimentos de comércio varejista, incluindo armazéns, lojas e restaurantes. Mesmo com a expansão demográfica e espacial da cidade, tempos depois, em 1895, apenas 37 fábricas estavam registradas em Fortaleza, ao lado de 117 oficinas e 485 lojas comerciais. Assim, os trabalhadores com ocupações formais na segunda metade do século XIX, estavam majoritariamente espalhados em pequenos comércios.

Mais difícil ainda eram oportunidades de empregos qualificados para mulheres. Agregadas, assoldadas, adotadas ou criadas, as meninas e moças eram amplamente encontradas no serviço doméstico. Mais ainda que não seguissem a mesma escala, outras atividades fora do trabalho da casa ou a este atrelado também empregavam as crianças pobres da segunda metade do século XIX. Uma dessas profissões que se mostrou significativa foi a de costureira. Com base em uma documentação censitária elaborada pela Secretaria de Polícia em 1887, o Arrolamento da População de Fortaleza (pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará), foram encontradas 80 meninas menores de 18 anos trabalhando como costureiras em pequenos ateliês de moda. Somente nos anos seguintes, já na virada do século, é que a nascente indústria têxtil cearense passou a empregar maior quantidade de mulheres e crianças (ANDRADE, 2012).

Como se vê, o panorama de empregos formais na cidade era bem reduzido. Por essa razão, o ensino profissional, contextualizado no momento histórico em que as políticas públicas de assistência à infância pobre eram quase nulas, representava uma alteração importante na configuração da mão de obra

infantil. O acesso à profissionalização, ainda que constituído na semântica de obrigatoriedade do trabalho para os pobres, pôde ser apropriado por parte dos trabalhadores como possibilidade de ascensão social e ganhos simbólicos, considerando a convivência com o trabalho escravo e as formas de trabalho compulsório livre. Para garotos artífices poderia oportunizar um emprego nas oficinas e obras públicas, com remuneração mais alta que a dos inúmeros jornaleiros disponíveis na cidade. Para as meninas do Colégio da Imaculada, ainda que poucas tenham conseguido escapar do serviço doméstico, os saberes diversificados (leitura, escrita, trabalhos finos de agulha) poderia garantir ganhos extras e melhor colocação nas ofertas de trabalho.

Portanto, a implantação das primeiras instituições de ensino profissional em Fortaleza, foi permeada de embates tanto quanto readequada e redefinida pelos sujeitos sociais distintos e suas formas de pensar e experienciar o trabalho. Ou seja, as instituições foram pensadas e implantadas na perspectiva do controle e da ordenação do trabalho livre por parte dos grupos dominantes. Mas crianças e famílias pobres imprimiram suas marcas (negando, rejeitando, negociando ou se apropriando) na construção da educação profissional e nos sentidos e significados do trabalho infantil no século XIX.

Considerações finais

Pontuou-se brevemente a instalação das primeiras experiências de ensino profissional institucionalizado em Fortaleza. Tomou-se o Colégio de Educandos Artífices e o Colégio da Imaculada Conceição como objetos de análise, mas outras instituições marcaram o fenômeno do recolhimento de crianças pobres na perspectiva do trabalho, como a Companhia de Aprendizes Marinheiros, fundada no Ceará em 1865, e a Colônia Orfanológica Cristina, criada depois da seca de 1877 para abrigar órfãos flagelados. Antes de instaladas as escolas de artífices na Primeira República, o ensino profissional validado e financiado pelo Estado deu seus primeiros passos convivendo com as relações escravistas e com a massificação dos contratos de soldada que legitimavam o trabalho infantil, no qual crianças foram impostas a condições precárias de moradia e alimentação.

O recolhimento de crianças pobres e aptas ao trabalho (as instituições estudadas não aceitavam crianças com deficiência) operou como política de

gestão do mercado de trabalho, evidenciando aspirações econômicas e entendimentos jurídicos que associavam o trabalho infantil à assistência da infância pobre. Com isso, a lógica que marcava a oferta de qualificação do trabalho infantil era a obrigatoriedade dos pobres de trabalhar.

A partir dessas instituições de formação profissional que surgiram na província do Ceará, foi possível analisar o lugar que tomaram os meninos pobres nos projetos governamentais do século XIX. As formas de recrutar crianças para o mundo do trabalho, interná-las para se projetar uma mão de obra treinada e separá-las de suas famílias a fim de normatizar seus valores e ações deram a ver preconceitos e estigmas que ganharam, no longo processo de fazer-se da classe trabalhadora no Brasil, força de lei e estatuto de verdade. As camadas populares eram (são) vistas como perigosas e baderneiras. Só o trabalho bem orientado podia redimi-las. Assim, as crianças recolhidas em Fortaleza experimentaram não só a própria dinâmica interna da disciplina do recolhimento, mas ainda um projeto muito maior de proletarização.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. 2012. 297 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AREND, Sílvia Maria Fávero; SILVEIRA, Chirley Beatriz Vieira da. A construção de um asilo para meninas desvalidas em Santa Catarina (1898-1910). **História Unicap**, v. 5, n. 9, p. 47-59, 2018.
- AZEVEDO, Gislane. A Tutela e o contrato de soldada: a Reinvenção do Trabalho Compulsório Infantil. **História Social**. Campinas, n. 3, p. 11-36, 1996.
- BOTIN, Livia Maria. **Trajetórias cruzadas: meninos (as), moleques e juizes em Campinas (1866-1899)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- LEITE, Mirian Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cesar de. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões Vicentinas: Particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LAPA, J. **Os Excluídos**: contribuição à História da Pobreza no Brasil, 1850-1930. Campinas: Unicamp, 2008.

LIMA, A.C.P, Mulheres, crianças e juízes de órfãos: família e trabalho infantil nos oitocentos. **Bilros**, Fortaleza, v. 7, n. 14, p. 67-84, jan.-abr., 2019.

MELO e ALVIM, João de Souza. **Relatório com que o Presidente da Província do Ceará João de Souza Melo e Alvim passou a administração da mesma ao Dr. Sebastião Gonçalves da Silva**. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1867.

PAPALI, Maria Aparecida. A legislação de 1890, mães solteiras pobres e o trabalho infantil. **Projeto História**. São Paulo, n.39, p. 209-216, jul./dez. 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, p. 217-243, jan./jun. 2011.

SILVA, Bárbara Eliza Soares. **Uma história da educação**: a invenção da instrução pública na província do Ceará (1858-1889). 2012. 137 f. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SOARES, Maria Norma Maia. **Colégio da Imaculada Conceição**: Roteiro para uma visita ao passado. Fortaleza: Editorial Cearense, 1990, p. 24.

SOUZA, Josinete Lopes de. **Da Infância “Desvalida” à Infância “Delinquente”**: Fortaleza (1865 – 1928). 1999. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999

THOMPSON. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Recebido em Agosto de 2020
Aprovado em Outubro de 2020

DOI: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i25.11896>